

Entre o sabre e o fardão: as homologias dos campos político e cultural na escolha dos “imortais” da Academia Brasileira de Letras (1930-1945).

GT32: Sociologia del Arte y de la Cultura

Renato Kleibson da Silva¹

RESUMO

A Academia Brasileira de Letras é uma instância de consagração onde encontramos os campos político e cultural brasileiro. Nela podemos perceber, principalmente durante 1930-1945, o quanto ela conseguiu rearranjar-se diante das novas configurações políticas, no caso, a primeira era Vargas. E também como conseguiu se perpetuar diante de tanta radicalidade política e cultural que assolaram o país durante este período. Para tanto, utilizarei a ABL como o ponto de partida e de chegada da minha análise seguindo a trajetória de alguns membros do movimento modernista que passaram pela burocracia Varguista até chegarem à Academia, caracterizando, o movimento de uma nova configuração política e cultural que irão desembocar no ano de 1945.

Palavras chave: ABL, campo cultural, campo político.

Introdução

Academia Brasileira de Letras (ABL) é uma instituição pouco estudada pelas ciências sociais brasileiras. Diante deste ostracismo temático, que talvez seja proveniente de uma crença na irrelevância cultural e política desta instituição, as humanidades brasileiras, até o presente, debruçam-se sobre a ABL como um suporte; como um local a margem dos grandes acontecimentos político e cultural do país. Pois bem, é seguindo na contramão deste ostracismo que eu orientei este trabalho, tentando compreender as homologias estruturais entre os campos político e cultural na escolha dos “imortais” da ABL no período de 1930-1945.

É na primeira era Vargas (período que governou por exceção entre os anos 1930-1945) que vemos serem construídas várias instituições públicas voltadas para gestão da cultura, mais o aumento do aparato burocrático estatal graças à criação de várias empresas estatais e subsequentemente para administrar os desdobramentos destas. Ou seja, o Estado estende-se e aumenta a oferta de empregos públicos que irão ser cobijados pelo efervescente mercado de currículos dos anos 1930-1945, pois desde abril de 1911 com a Lei/Reforma orgânica do ensino superior e fundamental – Rivadávia Corrêa nº 8.659 – esta Reforma adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior.

Para tanto, utilizei como fonte de pesquisa, a literatura histórica, política, econômica, sociológica e cultural referente ao período da primeira era Vargas (Cf. bibliografia). Através deste mecanismo de pesquisa, pretendi cotejar o material bibliográfico já existente sobre a ABL e correlatos, como por exemplo: outras instâncias de consagração cultural e política como a UBE (União Brasileira de Escritores) a Academia Brasileira de Ciências, a OAB (Ordem dos Advogados de Brasil), e o site da ABL².

Para responder aos problemas levantados por este trabalho, recorri ao método sintético da sociologia de Pierre Bourdieu que, tenta escapar dos dualismos que sempre perseguiram as ciências

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil.

² <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> (acessado no dia 15/01/2013)

sociais em seu decurso histórico, entre eles: agência *versus* estrutura, indivíduo *versus* coletividade e objetivismo *versus* subjetivismo. Para esses fins, me orientei nos seus conceitos de *habitus*, campo de produção e capital para analisar as homologias estruturais entre o campo político e o campo cultural brasileiro na escolha dos “imortais” da ABL entre os anos de 1930-1945.

Por fim, acredito que este trabalho venha a contemplar e endossar os estudos sobre a dinâmica do campo cultural e político brasileiro partindo da ABL enquanto uma instância de consagração cultural, sua autonomia relativa em relação a esses dois campos, o *habitus* que ela exige dos seus confrades, tanto antes quanto depois de ingressados nela, quais capitais são exigidos, quais ela pede para lançar mão e quais os seus capitais sociais entre os “imortais” na eleição e quais você pode acionar.

1. A lógica de funcionamento da ABL.

Buscar entender os mecanismos de escolha dos “imortais” tomando as homologias estruturais entre o campo político e cultural no período de 1930-1945 foi o fio norteador deste artigo, pois percebe-se que a ABL é um microcosmo social, com a sua própria lógica de funcionamento, que pode nos apontar, através de sua postura sempre próxima das bordas do Estado e do capital privado, as relações entre os artistas/intelectuais e a classe dirigente do país

o campo literário e artístico atrai e acolhe agentes muito diferentes entre si por suas propriedades e suas disposições, portanto, por suas ambições, e com frequência bastante providos de confiança e de segurança para recusar contentar-se com uma carreira de universitário ou de funcionário e para enfrentar os riscos dessa profissão que não é profissão. (BOURDIEU, 2002, p. 256).

A situação profissional deste escritor, profissão que não é profissão, no Brasil do início do século XX é, em ampla medida, incerta, tanto para os intelectuais e escritores provenientes das oligarquias tradicionais “homens sem profissão” (MICELI, 1979) e principalmente para os “primos pobres” (Idem) oriundos dos rincões do país e herdeiros da decadência dos engenhos, ou de pequenos comerciantes, imigrantes etc., a busca por “reconhecimento” era candente neste Brasil escasso de instâncias de consagração cultural

Mesmo a fundação da Academia Brasileira de Letras (1897), quem sabe a primeira dessas instituições às quais Bourdieu atribui a função de instâncias de consagração, não tinha ainda o prestígio que terá posteriormente. (MARTINS, 1986, p. 15).

A ABL atingirá o patamar de instância de consagração a partir da década de 1930, quando os campos político e cultural entrarão em ebulição devido a Revolução de Outubro, que segundo Antonio Candido foi – uma dupla revolução – *política* com a ascensão de Vargas e *cultural* com o zênite do movimento modernista, que logo em seguida entrará em queda, devido às polaridades políticas no interior do movimento por conta do declínio da oligarquia paulista diante de Getúlio Vargas.

Neste cenário a ABL conseguirá distribuir um capital *Estabilidade* que, em linhas gerais, é justamente uma forma de capital que assegura a quem o possui uma margem de manobra que seria difícil ter fora da ABL, pois esta além de consagrar, apesar dos brados contrários dos que ficam de fora, a pessoa que o adquiri, também canoniza seu nome e sua obra, esta última passará a percorrer os currículos escolares futuros, a impressão e distribuição de seus livros por editoras parceiras (José Olympio na época) seus livros terão impressos em suas capas o símbolo da instituição – a folha de louro e murta cruzadas - além de um *jeton*³ que nos anos de 1920 era de 100 réis (PIZA, 2003, p. 49).

³ Este *jeton* foi ampliado a partir de 1917 por iniciativa do livreiro e editor – Francisco Alves – que deixou de herança, inexplicavelmente, para a ABL neste ano: 5 mil contos de réis. Para tanto, o livreiro exigiu uma condição: que a Academia

A Casa de Machado de Assis [ABL] é, antes de tudo, uma sociedade política. Se obtém algum favor, quase sempre retribui o benefício, o que é uma virtude e um defeito. Virtude porque mostra a sua gratidão e defeito porque eleger os candidatos medíocres, quando estes são capazes de ajudá-la. (JORGE, 1999, p. 31).

Não foi objetivo deste artigo apontar qual “imortal” mereceu ou não vestir o fardão por quaisquer razões, ou qual é a relevância de sua produção artística ou intelectual anterior ou ulterior a ABL. O esforço aqui foi direcionado a apontar como alguns membros da classe dirigente foram desaguar na Academia nestes quinze anos, apontando como a crença no valor de consagração da ABL a partir do seu capital *Estabilidade* foi almejado

O produtor do *valor da obra de arte* não é o artista, mas o campo de produção enquanto universo de crença que produz o valor da obra de arte como *fetich*e ao produzir a crença no poder criador do artista. Sendo dado que a obra de arte só existe enquanto objeto simbólico dotado de valor se é conhecida e reconhecida, ou seja, socialmente instituída como obra de arte [...] a ciência das obras tem por objeto não apenas a produção material da obra, mas também a produção do valor da obra ou, o que dá no mesmo, da crença no valor da obra. (BOURDIEU, 2002, p. 259).

Antes de falarmos sobre as querelas políticas e ideológicas entre a oligarquia paulista envolvendo também a maioria dos membros do movimento modernista em prol de sua oligarquia contra a Revolução de 1930. Vale aqui algumas palavras referentes à briga entre Graça Aranha e a ABL seis anos antes, em 1924, pois é nesta briga que o veterano e um dos fundadores da “Casa de Machado de Assis” e também do movimento paulista de 1922, que nós poderemos delinear a trajetória do modernismo e seu séquito contra a ABL e depois a sua acolhida no aparato estatal Varguista e em seguida a ida para ABL.

No dia 19 de junho de 1924, Graça Aranha fez um discurso bombástico que fez tremer as paredes do Petit Trianon. Na tarde estavam presentes alguns dos jovens membros da Semana de Arte Moderna de 1922, entre eles: Cândido Mota Filho, Manuel Bandeira e Prudente de Moraes Neto - os dois primeiros irão se tornar “imortais” anos depois. No discurso, o autor de *Canaã* crítica à inércia da instituição, a sua subserviência enquanto modelo de Academia inspirado no francês, seu atraso em relação à literatura e às artes modernas e ainda do alto da tribuna pegou um briga com os “imortais” – Coelho Neto e Osório Duque Estrada –, ambos avessos aos ventos soprados pela Semana de 1922, com o primeiro que se intitulou do alto do púlpito como o último heleno, gritou Graça Aranha: morra a Grécia!

Acalmados os nervos depois da intempestiva tarde do dia 19 de junho, Graça Aranha apresenta a mesa de trabalhos da ABL uma proposta de modernização da instituição, este projeto foi vetado e o modernista e agora “ex-imortal” envia uma carta ao presidente da Academia no dia 18 de outubro de 1924, onde estava escrito o seu desligamento da instituição em tom de forte desabafo

[...] Longos anos deixei-me ficar nesse suave convívio (grifo meu), um pouco desinteressado dos trabalhos da Academia. Ultimamente resolvi intervir no movimento literário brasileiro. A Academia é uma contradição do espírito moderno, que agita e transforma todo o Brasil. Perante a opinião pública, que a deve policiar, entendi estimular a Academia a orientar-se por esse espírito novo. Em seguida às palavras que lhe dirigi, apresentei o projeto de reforma de seus trabalhos com o propósito de nacionalizar-lhe e modernizar-lhe (grifo meu) a ação. O projeto foi rejeitado. A Academia quer persistir na sua posição

realizasse no intervalo de cinco anos um concurso sobre a língua portuguesa e que também fizesse outro sobre o melhor método de “universalizar” o ensino primário no Brasil. Esta pequena fortuna foi cobiçada por escritores até então avessos ao academicismo, como por exemplo: Lima Barreto e Monteiro Lobato, o primeiro perdeu o escrutínio para Emílio de Menezes em 1927 e o segundo retirou a sua candidatura nos anos de 1922 e 1926 (Cf. PIZA, 2003, p. 51 e JORGE, 1999, pp. 135,136 e 137).

eclética (grifo meu) e antiquada, nefasta a literatura brasileira. Recusa-se a tornar-se um organismo útil e ativo, um fator do moderno sentimento nacional, seu representativo, seu guia. A ABL morreu para, como também não existe para o pensamento e para a vida atual do Brasil. Se fui incoerente aí entrando e permanecendo, separo-me pela coerência. (JORGE, 1999, pp. 128 e 129).

Graça Aranha resolveu por termo em seu suave convívio – sintoma do Capital Estabilidade que a ABL distribuiu – nesta carta de adeus, que segue uma linha de: despedida, reconversão, desilusão e salvo conduto. Despedida por acreditar que seu período de incoerência já estava no fim, pois não fazia sentido para ele continuar em uma instituição que não queria se nacionalizar nem tampouco se modernizar. Reconversão por ter tentado mudar a *doxa* – tradicionalismo das formas e dos conteúdos tanto na poesia quanto na prosa, influência da antiguidade clássica da instituição que ele tinha ajudado a fundar –, mas que insistia em continuar com o seu *nomos* – aversão às formas de modernismo estético e ao cosmopolitismo –. Desilusão por ter visto a sua proposta de reconversão da instituição ser gorada e salvo conduto por ter lavado as mãos com água da coerência ao ter deixado a Casa na qual tinha entrado e permanecido pela incoerência.

1.1 A Revolução de Outubro – gênese de um Estado provedor.

A política dos governadores (Café com Leite – São Paulo e Minas Gerais) que vinha sendo aplicada pelas duas maiores oligarquias do Brasil desde 1891 atinge seu dissídio quando São Paulo indica Júlio Prestes para a sucessão de Washington Luís quebrando assim a cadeia sucessória que vinha sido mantida com Minas Gerais - este estado junta-se com a Paraíba e com o Rio Grande do Sul, “sempre enigmático, rebelde e potencialmente subversivo” (FAORO, 1997, p. 663), no que ficou conhecida como Aliança Liberal.

Tanto Getúlio Vargas como Lindolfo Collor (futuro Ministro do Trabalho de Vargas em 1930) são os herdeiros políticos do PRR – Partido Republicano Rio-Grandense – cuja bandeira ideológica é proveniente do Positivismo de Augusto Comte, que no Brasil, no geral, e no Rio Grande do Sul, em particular, ultrapassa os limites da história de um pensamento filosófico, segundo apontou o crítico e jornalista austro-brasileiro, Otto Maria Carpeaux.

O ideário político republicano do PRR gaúcho, também conhecido como: *castilhismo*, em referência a Júlio de Castilho, principal líder político daquele estado na época e deputado federal constituinte em 1891 e legislador da constituição do seu estado no mesmo ano. Essa ideologia política republicana de cunho positivista irá ser delegada a Borges de Medeiros e subsequentemente para Getúlio que efetivará algumas destas diretrizes nos seus primeiros quinze anos a frente do poder federal

o que distinguiu a teoria e a prática do *castilhismo* gaúcho do filão maior, burguês e progressista, que desaguou na Lei Áurea e na proclamação do novo regime? Precisamente, a sua tendência de atribuir ao poder público a função de promover e, no limite, controlar os rumos do desenvolvimento econômico [...]. A carreira ideológica de Getúlio Vargas seria coerente com o princípio de um Estado suficientemente forte para mediar tanto os conflitos entre setores das classes dominantes como as tensões entre estas e os trabalhadores (BOSI, 2001. p. 282-288).

Foi através desta tradição política que via o Estado como provedor do desenvolvimento econômico e social, misturando o industrialismo utópico de Saint-Simon com o positivismo social de Comte que propunha uma administração pública dos conflitos, a integração das classes e que em uma palavra, visava uma política distributiva de bens e serviços, foi a que embalou o berço ideológico de Getúlio Vargas.

2. Da vanguarda ao Estado

É a partir de 1930 que nós vemos a diluição de boa parte dos membros do movimento modernista dentro do Estado Vargas e depois no interior da ABL, pois com as capitulações dos empreendimentos de resistência da classe dirigente paulista – representante do Estado com o maior poder econômico da União – em 1930 e 1932, diante de Getúlio. Esta classe irá mobilizar boa parte de sua *intelligentsia* para as trincheiras política partindo do front cultural

Ao invés de se darem conta da emergência de demandas sociais que haviam sido represadas por falta de canais de expressão e participação, os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural, e escorados neste diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de novos instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no contexto da nova Universidade de São Paulo, o Departamento Municipal de Cultura. (MICELI, 1979, p. 29-30).

Estes novos empreendimentos culturais realizados pela oligarquia paulista na década de 1930 faziam parte de uma nova estratégia política para retomar as rédeas do poder federal e que engendrada, em grande escala, por Armando de Salles Oliveira – que se tornara governador de São Paulo em 1934 pelo Partido Constitucionalista e que era genro de Júlio Mesquita, dono do jornal, *O Estado de S. Paulo* –, era a figura central da frente única paulista – Frente Única Por São Paulo Unido – que uniam os partidos PRP (Partido Republicano Paulista) e o PD (Partido Democrático). São esses dois partidos que irão rachar o movimento modernista. Alguns de seus membros irão militar no PRP e ficariam conhecidos como: “perrepistas”, como por exemplo: Cândido Mota Filho, Menotti del Picchia e Plínio Salgado. Além de militarem neste partido, os “perrepistas” eram acusados, pelos intelectuais “democráticos” do PD, principalmente por Mário de Andrade (líder intelectual do Partido Democrático), de associarem a sua produção estética/literária ao projeto político nacional da oligarquia paulista.

Esta polarização dos membros do movimento modernista nos partidos PRP e PD demonstra de início, um movimento singular da trajetória política e cultural de alguns membros desta vanguarda que saíram da contestação em 1922 do oficialismo acadêmico, cujo maior representante era a ABL, para a contestação política do governo Vargas e finalmente para se tornarem “imortais” a partir da década de 1930.

Dos seis “imortais” que saíram do Teatro Municipal de São Paulo na primeira semana de fevereiro de 1922, e foram parar na antes *ultrapassada* “Casa de Machado de Assis” a partir da década seguinte, só dois deles não vestiram o fardão no período do primeiro Vargas, foram eles: Cândido da Mota Filho e Fernando de Azevedo. Fora esses seis, podemos destacar Graça Aranha que com a sua saída da ABL almejou a liderança do movimento paulista, no que foi logo repellido por Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

2.1 – Os nacionalismos.

No Brasil da década 1920 até a primeira era Vargas existiam duas formas de nacionalismo em ebulição, que só se arrefeceram depois dos seus levantes para a tomada de poder, e que foram interceptados por Getúlio na década de 1930, estes nacionalismos enfrentavam não só o poder central, mas também mutuamente e, corriam em busca da hegemonia política central

Entre o nacionalismo rebelde e o nacionalismo da ordem, apesar do confuso campo comum, há diferenças fundamentais, que tomarão corpo depois de 1930, extremando-se no parafascismo num lado, e nas tendências socialistas e comunistas do outro. (FAORO, 1997, p. 673).

O nacionalismo *rebelde* foi catalisado por Luís Carlos Prestes, ex-líder tenentista gaúcho que após recusar o convite de Getúlio para comandar as tropas da Revolução de Outubro de 1930, por discordar do alinhamento dos tenentistas com as oligarquias dissidentes, vai para a URSS estudar engenharia e também a teoria marxista. L. Prestes retorna da URSS em 1934 e encontra a recém formada Aliança Nacional Libertador (ANL), movimento de orientação antifascista, anti-imperialista e que centralizava – tenentes, socialistas, comunistas etc., todos insatisfeitos com a ditadura Vargas. Este movimento irá desdobrar-se na Intentona Comunista, que foi desbaratada por Getúlio em 1935.

O nacionalismo da *ordem* gravitou, em ampla medida, na figura de Plínio Salgado, ex-membro do movimento modernista e que se alinhou junto com Cândido Mota Filho, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia ao movimento Verde-Amarelo, vertente nacionalista do modernismo, em 1926. Após este mergulho em um projeto nacional estético, ele vai buscar junto com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, em 1927, uma incursão mais radical em busca de uma identidade nacional mais telúrica: e é a figura do índio, em particular o tupi, que irá fazer as vezes deste novo ideário da identidade nacional. O movimento foi batizado de: Grupo Anta.

Depois destas idas e vindas em busca de uma identidade nacional/cultural cada vez mais autóctone, Plínio Salgado irá mirar na política através de uma proposta homóloga a cultural, este seu projeto se efetivará com o lançamento do seu livro – *Literatura e política* – lançado em 1927. Neste livro ele declara-se, entre outras coisas: anti-cosmopolita, contrário ao Sufrágio Universal e a favor de um Brasil cada vez mais rural. Estas ideias serão seu filão político, ele é eleito em 1928 Deputado Estadual por São Paulo pelo PRP, e após apoiar Júlio Prestes em 1930, depois Getúlio logo em seguida. Em 1932, ano da Revolta Constitucionalista, Plínio Salgado lança o, Manifesto de Outubro, o documento que lançará as bases para a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB).

A história de Plínio Salgado e da AIB é de suma importância, assim como a de Prestes e a ANL, para compreendermos não só os desdobramentos do nacionalismo no Brasil da primeira era Vargas, mas acima de tudo, para analisarmos o jogo político e cultural que gravitaram nestes dois movimentos, a militância intelectual e das classes dirigentes do país tanto na AIB quanto na ANL. Porém, a título de análise, nos debruçaremos mais um pouco no movimento Integralista, pois este além de ter sido o maior movimento parafascista das Américas, conseguiu arregimentar um expressivo número da elite burocrática nacional, da nossa *intelligentsia*. Enfim, dos campos político e cultural. Daniel Pécault citando Hélio Trindade em seu famoso livro – *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930* – nos descreve alguns números que demonstra claramente a relação estreita entre os intelectuais e o Integralismo

No nível de Estado-maior, em primeiro lugar: dos 85 membros da direção nacional e das direções regionais, 62 pertenciam à “média burguesia intelectual”, isto é, membros de profissões liberais, escritores, professores universitários, altos funcionários, jornalistas, estudantes; em segundo lugar, na condição de dirigentes e militantes locais, onde essa mesma burguesia intelectual representava 20% dos efetivos (*apud* PÉCAULT, 1990, p. 77).

Alguns “imortais” também militaram dentro do movimento Integralista que desde o início mirou o campo cultural enquanto forma de discurso privilegiado em busca da hegemonia política acoplado-se com as diretrizes ideológicas da AIB, entre eles

O movimento foi intelectual desde a sua gênese. Plínio Salgado, participante da Semana de Arte Moderna e propagandista tupi, nunca deixou de preocupar-se com a temática cultural [...] no Rio de Janeiro surgiu a *Hierarquia* (revista), na qual colaboram futuros integralistas: o próprio Plínio Salgado, Santiago Dantas, Hélio Viana e também dirigentes católicos como Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto, Leonel França [...]. Em São Paulo aparece a revista *Política* dirigida por Cândido Mota Filho. (PÉCAULT, 1990, pp. 77, 78).

Outra figura que merece destaque é Alceu Amoroso Lima (cujo pseudônimo era Tristão de Ataíde). Filho de industrial do ramo de tecidos no Rio de Janeiro, ele participou como crítico do movimento modernista, de 1922, escrevendo críticas sobre a produção poética do grupo. Foi além de crítico literário, professor de Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e da PUC do mesmo estado e pensador de orientação católica, doutrina que aderiu em 1928 após a persuasão de Jackson de Figueiredo e que após sua morte deixa delegado a Alceu o seu legado material e espiritual, o crítico fica com a liderança do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*

No tocante às relações entre a Igreja e o campo intelectual, duas instituições de enquadramento ideológico receberam a incumbência de congregar o núcleo de intelectuais leigos que passariam a atuar como porta vozes orgânicos dos interesses da Igreja: a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922). (MICELI, 1979, p. 52).

Em 1935, Alceu Amoroso Lima se torna “imortal” e na “Casa de Machado de Assis”, onde o próprio se sentira em sua própria casa, pois era genro do “imortal” Alberto de Faria, conseqüentemente cunhado do também “imortal” Octávio de Faria e concunhado do também “imortal” Afrânio Peixoto que era casado com a irmã de Octávio.

Alceu Amoroso Lima que além de militar nas barricadas do Integralismo, também foi responsável, em grande parte, por sua militância na ideologia católica e principalmente por sua atividade enquanto crítico literário, pela aparição da *poesia restaurada em Cristo*. Este tipo de produção poética ganhara força através da publicação em parceria de Jorge de Lima e Murilo Mendes do livro, *Tempo e Eternidade* em 1935. Através da publicação deste livro, os dois proclamam as suas adesões às doutrinas da Igreja. Neste livro, fica clara a mudança de rumos que estava tomando à literatura brasileira, em particular, a poesia.

Esta *poesia restaurada em Cristo* delineava o outono da estética modernista, não só na poesia de Murilo Mendes e Jorge de Lima, mas também na poesia que surgirá a partir da década seguinte, como a produzida por Lêdo Ivo (que depois se tornará “imortal”, em 1986) e por Cecília Meireles; e na prosa de Guimarães Rosa (que depois se tornará “imortal”, em 1963) e Clarice Lispector. A produção literária destes escritores de cunho intimista, simbólico e espiritual apontava a mudança de sensibilidade estética que estava atravessando o país, e que se tornará patente com a “Geração de 1945”.

2.2 José Olympio, a editora oficial.

Tanto os anéis burocráticos do aparelho estatal varguista quanto o próprio Getúlio, tinham a chancela de publicarem pela editora José Olympio. Entre os anos de 1930-1945 o mercado editorial brasileiro concentra-se, em sua maioria, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - estes estados detinham 61% do mercado editorial do país (MICELI, 1979). Entre as maiores editoras da época, a José Olympio ocupava a terceira posição, ficando atrás, respectivamente, das: Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira e Editora Globo.

O terceiro posto da editora José Olympio se deve, de um lado, aos investimentos seguros do gênero mais rentável (romances) e, de outro, à sua proximidade das instituições que detinham o poder intelectual (Academia Brasileira de Letras) e o poder político: inúmeros escritores pertencentes a “casa” ocupavam postos de relevo nos conselhos, institutos e outras instâncias decisórias do governo central (MICELI, 1979, p. 89).

Entre os escritores que faziam parte do time da José Olympio editora não estavam apenas os que seguiam a “cartilha” varguista, como por exemplo: Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Oliveira Viana entre outros - ela também possuía vozes dissonantes, tanto na escrita (prosa e poesia) quanto na

ideologia, são os casos de: Graciliano Ramos (preso pela polícia política varguista dirigida por Felinto Muller, em 1936) e Carlos Drummond de Andrade (funcionário do MES – Ministério da Educação e Saúde – sob a pasta do ministro Gustavo Capanema, mas que nunca demonstrou, ao menos em sua obra, nem uma apologia ao Estado varguista.

Conclusão

No período do Estado Novo, Getúlio Vargas convocou intelectuais e escritores a participarem do novo momento político brasileiro, ou seja, que fossem com ele ajudar a modernizar este Estado. Por ocasião de sua posse na ABL, cuja imortalização se deveu às articulações do poeta, apologista do Estado Novo e ex-membro do modernismo, Cassiano Ricardo, em 1943. Nesta ocasião, Vargas “criticou o papel anterior da Academia e o isolacionismo dos intelectuais em relação à sociedade, advogando, em vez disso, a ‘simbiose necessária entre os homens de pensamento e ação’” (JOHNSON, 1995, p. 168). Este trecho do discurso de Vargas, mostra em um primeiro momento, que as regiões limítrofes entre o Estado e seus dirigentes com relação à ABL e seus “imortais” começaram a borrar, ou seja, a “simbiose” entre essas duas instituições estava se efetivando

[...] não é por acaso que, do total de 30 acadêmicos eleitos entre 1930 e 1945, 70% se constituía de elementos pertencentes aos altos escalões do estamento burocrático, sendo que muitos deles garantiram sua vitória em função da rede de influências que tiveram a oportunidade de acionar, em detrimento daqueles que concorriam pelo mérito de suas obras (MICELI, 1979, p. 160).

Destes 30 “imortais” eleitos para a ABL entre os anos de 1930 e 1945, vemos que a composição deste mosaico biográfico, contempla, além de Getúlio, o “castilhistas” de São Borja, que soube como ninguém, na política brasileira do século XX – aparar as arestas ideológicas do coro dos descontentes e, a ABL é o símbolo desta sua prática política, basta vermos a configuração bibliografia/carreira destes “imortais” eleitos no período, burocratas do alto escalão estatal, diplomatas do Itamarati, membros da cúpula católica, ex-modernistas e algumas personalidades das “panelinhas” literárias da República Velha.

Esses 70% dos “imortais” eleitos entre os anos de 1930 e 1945 que foram, em sua grande maioria, oriundos dos altos cargos do aparato estatal varguista, demonstram de início, que a ABL nestes quinze anos dançou a música orquestrada por Getúlio que deu o tom e a batida que configurou a dança das cadeiras “imortais”. Este fato talvez demonstre que o capital específico que “A Casa de Machado de Assis” distribuiu para seus membros, que eu chamo de: *Estabilidade* foi em ampla medida, plasmado pelo poderio getulista que conseguiu irradiá-lo a partir dos anéis burocráticos do Estado, ou seja, se este capital não foi moldado nesta época, ele ganhou forma, ampliou-se e perpetuou-se a partir deste dédalo histórico, os anos do primeiro Getúlio.

O ano de 1945 não foi apenas o da redemocratização do Brasil - neste mesmo ano podemos ver também a ascensão de uma nova sensibilidade estética - esta nova “sensibilidade” ganhou o epíteto de: “Geração de 1945”, nascida também do ocaso de um outro movimento, menos político, mas que foi hegemônico, assim como o legado Varguista, por quase duas décadas, o modernismo. E é este Brasil absorto em uma ressaca política e cultural que a “Geração de 1945” vai tomar vez e voz e, como diria João Cabral de Melo Neto (1997) pertencente a “Geração de 1945” – “uma geração é definível mais pelos problemas que encontra do que por uma maneira comum de resolver seus problemas”.

Bibliografia

- BOURDIEU**, Pierre. *O poder simbólico* (2011). Rio de Janeiro, editora Bertrand Brasil.
- _____. Pierre. *A economia das trocas simbólicas* (2011). São Paulo, editora Perspectiva.
- _____. Pierre. *As regras da arte, gênese e estrutura do campo literário* (2002). São Paulo, editora Companhia das Letras.
- CANDIDO**, Antônio. *Literatura e sociedade* (2008). Rio de Janeiro, editora Ouro sobre azul.
- _____. Antônio. *Formação da literatura brasileira* (1959). São Paulo, editora Martins Fontes.
- CARVALHO**, José Murilo. *Cidadania no Brasil* (2002). São Paulo, Civilização Brasileira.
- FAORO**, Raymundo. *Os donos do poder*. Vol. II (1997). São Paulo, editora Globo.
- JOHNSON**, Randal. *A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945)* In: Revista de Estudos Avançados da USP (1995). São Paulo, editora Edusp.
- JORGE**, Fernando. *A Academia do fardão e da confusão* (1999). São Paulo, editora Geração Editorial.
- MARTINS**, Luciano. *A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920-1940* (1987). In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 4, vol. 2, Anpocs - http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm
- MELO NETO**, João Cabral. *Prosa* (1997). Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira.
- MICELI**, Sérgio. *Os intelectuais e a classe dirigente no Brasil [1920-1945]* (1979). São Paulo, DIFEL – Difusão Editora S/A.
- _____. Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil* (1984). São Paulo, DIFEL – Difusão Editora S/A.
- PÉCAULT**, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* (1990). São Paulo, editora Ática.
- PIZA**, Daniel. *Academia Brasileira de Letras – Histórias e revelações* (2003). São Paulo, Dezembro Editorial.
- SKIDMORE**, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello [1930-1964]* (2007). São Paulo, editora Companhia das Letras.
- THIRY-CHERQUES**, Hermano Roberto. *Pierre Bourdieu: a teoria na prática* (2005). Rio de Janeiro, editora RAV.
- WEBER**, Max. *Economia e sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva Volumes I e II* (2004). Brasília, editora UnB.